

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.068 - PE (2019/0221601-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RENATA ROMAO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : EDUARDO SILVA DE ARAÚJO - PE039208
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

DECISÃO

RENATA ROMÃO DA SILVA alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco** no HC n. 1520001147-52.2019.8.17.0000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente (22/3/2018) e denunciada (5/4/2018) pela prática do delito de roubo majorado.

Irresignada com o cárcere do acusado, a defesa impetrou, perante o Tribunal *a quo*, prévio writ, cuja ordem foi denegada, preservando-se a custódia cautelar da réu.

Nas razões deste recurso, sustenta a defesa, resumidamente, o **excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal**. Para tanto, afirma que "a instrução criminal se arrastou por tanto tempo que a ré, mesmo se condenada, já terá cumprido boa parte da sua pena em regime fechado" (fl. 90).

Pleiteia, liminarmente e no mérito, o relaxamento da constrição cautelar da recorrente.

Indeferida a liminar (fl. 107) e prestadas as informações (fls. 140-156), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 131-133), que opinou pelo não **provimento do recurso**.

Decido.

Acerca do tema, o Tribunal estadual afirmou o seguinte:

[...]

A prisão preventiva foi decretada no dia no dia 22 de

março de 2018, tendo o mandado sido cumprido no dia 06 de abril de 2018. A denúncia foi recebida no dia 08 de maio de 2018, ocasião em que foi determinada a citação dos réus. As defesas foram apresentadas, tendo sido designado o dia 23 de abril de 2019 para audiência de instrução e julgamento. Foi interposto pedido de concessão do benefício da prisão domiciliar em favor da paciente, ocasião em que foi solicitado à Equipe Inter profissional a realização de estudo sobre o caso. A audiência foi realizada com a oitiva de 04 (quatro) das 05 (cinco) testemunhas arroladas na denúncia. Atualmente, **o feito encontra-se no aguardo da realização da audiência de continuação, marcada para o dia 06 de junho de 2019, às 14:30 horas.**

Nesse ponto, insta esclarecer que a complexidade do fato e a necessidade de saneamento de alguns incidentes, autorizam uma maior dilação do prazo para o encerramento da instrução criminal, devendo possível constrangimento ilegal ser examinado de acordo com o princípio da razoabilidade.

[...]

Somado a isso, tem-se a proximidade da data aprazada para a continuação da audiência de instrução em julgamento (dia 06 de junho de 2019), de tal modo que se mostra prudente aguardar sua realização.

Ante tal relato, percebe-se que não há demora injustificada a implicar em coação ilegal por excesso de prazo (fls. 79-80, destaquei).

De acordo com as informações prestadas pela Juíza de primeiro grau, **em 11/9/2019 foram apresentadas as alegações finais pelo Ministério Público.** Em complemento, a Magistrada ressaltou que o grupo criminoso, ao qual pertence a ora recorrente, "praticava reiteradas assaltos a ônibus [...], sendo noticiado que participaram de cerca de 12 (doze) roubos em coletivos nesta Comarca" (fl. 143, grifei).

Relativamente ao suposto excesso de prazo para o encerramento do feito, cumpre registrar, *ab initio*, que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o entendimento desta Corte Superior, "O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ)" (**RHC n. 58.274/ES**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 17/9/2015).

Na espécie, muito embora esteja a paciente presa desde 11/9/2019, o processo recebeu impulso regular e **está em fase de alegações finais**.

Assim, nos termos do verbete **sumular n. 52 deste Superior Tribunal**: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Portanto, verificadas a compatibilidade da duração do processo com as particularidades do caso concreto, a complexidade da ação penal e a diligência do Estado no processamento do feito, que já está na fase de alegações finais, fica afastada, **ao menos por ora**, a afirmação de excesso de prazo.

À vista do exposto, **nego provimento ao recurso**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**